

Construir o Futuro

II - Quão difícil é reformar o sistema?

Sebastião Feyo de Azevedo *

Caras e Caros Leitores do Jornal da Engenharia,

Hoje falo-lhes sobre as dificuldades e barreiras diversas com que nos confrontamos quando queremos mudar as coisas.

Ocorreu-me este tema quando soube que nesta Edição do JE se vai falar desta importante, e inevitável medida que é a 'FEUP sem Fumo', medida que para lá de salvaguardar a saúde dos 'humanos', ataca principalmente um ponto cultural importante, o de as pessoas entenderem que a sua liberdade acaba no ponto em que colocam em causa a liberdade dos outros. Questão cultural que se aplica a tudo no quotidiano.

Mas o problema de mudar o sistema a que me vou referir é outro - é o das designações nos cursos de engenharia.

Vou começar por lhes dar alguns números:

- Existem 297 cursos sob a capa de 126 designações diferentes ;
- Estes cursos são assegurados por 64 Escolas de Engenharia, enquadradas por 44 Instituições, 30 do subsistema público e 14 dos subsistemas privado e concordatário;
- Relativamente às 30 instituições do subsistema público, a oferta distribui-se por 13 Universidades, através de 18 Escolas Universitárias e por 17 Institutos Politécnicos, através de 29 Escolas Politécnicas;
- Nas 14 instituições dos subsistemas privado e concordatário a oferta é assegurada por 7 Universidades, através de 7 Escolas Universitárias, e por 7 Institutos Superiores, através de 10 Escolas Politécnicas;
- Dos 297 cursos estão acreditados pela Ordem dos Engenheiros 97 (à data de 30 de Dezembro de 2005), que se distribuem por 56 designações diferentes.

Num País com a dimensão do nosso, estes são números extraordinários. Chegou-se a esta situação, manifestamente exagerada e desajustada, na sequência de uma oferta que cresceu de forma desregrada ao longo dos anos, não só nos conteúdos e perfis oferecidos, como também em designações que, condicionadas por critérios de marketing para atrair candidatos, em não poucos casos ou apresentam pouca relação com a realidade dos conteúdos e das competências que os cursos conferem, ou, mais gravosamente, sugerem competências que os cursos efectivamente não conferem.

Falemos das designações. Sentados à volta da mesa de café todos ou muitos concordam com a análise, verberando quem de direito, normalmente identificados como 'Eles', por não actuar.

Quando 'Eles' se propõem actuar, por exemplo no sentido de reduzir esse leque de designações para 30 a 40, a oposição não é imediata. Só o é no momento da acção, por aqueles que se apercebem que eventualmente têm algo a mudar. E, como há mais a mudar do que a ficar na mesma, temos um problema.

Vale a pena uma analogia para se perceber a dimensão cultural do problema. De alguma forma esta desregulação nas designações é semelhante à do 'caos urbanístico' que tanto polui a vista e a estética das nossas cidades e vilas. Cada um quer construir a sua casa com o seu telhado especial e com a cor das paredes que o seu gosto pessoal dita. Como se diz na gíria popular 'cada casa da sua nacionalidade'. O que aplicado aos cursos se traduz por 'cada curso com designação da sua nacionalidade'.

O Conselho de Reitores e a Ordem dos Engenheiros em iniciativas paralelas estão a fazer um grande esforço no sentido de induzir alguma disciplina e regulação.

Vamos ver o que acontece. Uma coisa é certa. Se não houver uma acção decidida e vigorosa, ficará tudo na mesma.

Vale a pena terminar, generalizando.

Estejam atentos porque é assim que funcionam os sistemas.

Quando se avalia a qualidade seja do que for, a fase de avaliação em abstracto, isto é avaliação sem identificar 'quem' tem que mudar, é relativamente simples. Os diagnósticos são fáceis de fazer.

Depois, no momento de mudar não há acordo. Todos concluímos que 'Os Outros' têm que mudar, nós não.

Assim se congela a acção e perpetua a mediocridade.